

## OCORRÊNCIAS COM ARTEFATOS EXPLOSIVOS IMPROVISADOS NO ESTADO DO AMAZONAS: UMA REVISÃO DA LITERATURA

OCCURRENCES INVOLVING IMPROVISED EXPLOSIVE DEVICES IN THE STATE OF AMAZONAS: A LITERATURE REVIEW

OCURRENCIAS CON ARTEFACTOS EXPLOSIVOS IMPROVISADOS EN EL ESTADO DE AMAZONAS: UNA REVISIÓN DE LA LITERATURA

Adna de Melo Rossi<sup>1</sup>

Ernandes Costa Meirelis<sup>2</sup>

Lucas Alexandre Silva da Silva<sup>3</sup>

Marcelle Queiroz Pinheiro<sup>4</sup>

Paulo Victor Andrade Sales<sup>5</sup>

**RESUMO:** Este estudo tem como objetivo analisar a incidência e as tipologias de ocorrências envolvendo Artefatos Explosivos Improvisados (AEI) no Estado do Amazonas, identificando os desafios operacionais enfrentados pela Polícia Militar (PMAM). O trabalho destaca a mudança de paradigma na segurança pública, onde o uso de explosivos evoluiu de crimes patrimoniais para táticas de terror e domínio de cidades empregadas por facções criminosas locais, como observado na disputa territorial em municípios da Região Metropolitana de Manaus. A metodologia adotada foi uma revisão narrativa da literatura, com recorte temporal de 2010 a 2024, baseada em documentos técnicos, manuais de defesa e artigos científicos. Os resultados apontam que a dinâmica amazônica possui especificidades logísticas únicas, marcadas pela dependência do transporte fluvial e pela complexidade das rotas que dificultam a fiscalização de insumos controlados. Conclui-se que a resposta eficaz a essa ameaça exige a modernização dos protocolos de primeira intervenção e, fundamentalmente, a integração de inteligência entre as forças de segurança, além da implementação de fiscalização técnica em portos e bases fluviais.

**Palavras-chave:** Segurança Pública. Artefatos Explosivos Improvisados. Polícia Militar. Amazonas.

**ABSTRACT:** This study aims to analyze the incidence and typologies of occurrences involving Improvised Explosive Devices (IEDs) in the State of Amazonas, identifying the operational challenges faced by the Military Police (PMAM). The research highlights a paradigm shift in public security, where the use of explosives has evolved from property crimes to terror tactics and urban dominance employed by local criminal factions, as observed in the territorial disputes within the Manaus Metropolitan Region. The methodology adopted was a narrative literature review, covering the period from 2010 to 2024, based on technical documents, defense manuals, and scientific articles. The results indicate that the Amazonian dynamic possesses unique logistical specificities, characterized by a dependence on river transport and complex routes that hinder the oversight of controlled inputs. It is concluded that an effective response to this threat requires the modernization of first response protocols and, fundamentally, the integration of intelligence among security forces, in addition to the implementation of technical inspections at ports and river bases.

**Keywords:** Public Security. Improvised Explosive Devices. Military Police. Amazonas.

<sup>1</sup>Bacharel em Direito, Universidade do Estado do Amazonas(UEA).

<sup>2</sup>Tecnólogo em Serviços Jurídicos, Cartorários e Notariais, Anhanguera Educacional Participações S/A.

<sup>3</sup> Bacharel em Administração, Universidade do Estado do Amazonas(UEA).

<sup>4</sup>Bacharel em Química, Universidade do Estado do Amazonas(UEA).

<sup>5</sup>Mestrando em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos, Universidade do Estado do Amazonas(UEA).

**RESUMEN:** Este estudio tiene como objetivo analizar la incidencia y las tipologías de ocurrencias que involucran Artefactos Explosivos Improvisados (AEI) en el Estado de Amazonas, identificando los desafíos operativos enfrentados por la Policía Militar (PMAM). El trabajo destaca el cambio de paradigma en la seguridad pública, donde el uso de explosivos ha evolucionado de delitos patrimoniales a tácticas de terror y dominio de ciudades empleadas por facciones criminales locales, como se observa en la disputa territorial en municipios de la Región Metropolitana de Manaus. La metodología adoptada fue una revisión narrativa de la literatura, con un recorte temporal de 2010 a 2024, basada en documentos técnicos, manuales de defensa y artículos científicos. Los resultados señalan que la dinámica amazónica posee especificidades logísticas únicas, marcadas por la dependencia del transporte fluvial y por la complejidad de las rutas que dificultan la fiscalización de insumos controlados. Se concluye que la respuesta eficaz a esta amenaza exige la modernización de los protocolos de primera intervención y, fundamentalmente, la integración de inteligencia entre las fuerzas de seguridad, además de la implementación de fiscalización técnica en puertos y bases fluviales.

**Palabras clave:** Seguridad Pública. Artefactos Explosivos Improvisados. Policía Militar. Amazonas.

## INTRODUÇÃO

No Brasil, a segurança pública enfrenta um cenário de crescente complexidade, caracterizado por uma escalada de incidentes críticos envolvendo agressores ativos e o emprego de artefatos explosivos (FEITOZA e ALVES JUNIOR, 2020; AQUINO, 2020). De acordo com a Constituição Federal de 1988, a segurança pública é dever do Estado e responsabilidade de todos, sendo exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. Contudo, o desenvolvimento de táticas de guerra assimétrica e a atuação de elementos não estatais têm desafiado as respostas convencionais, exigindo das polícias militares uma constante adaptação de sua capacidade operativa (CAMELO, 2021). Nesse contexto, a Polícia Militar do Amazonas (PMAM) criou o Grupamento de Manejo de Artefatos Explosivos (MARTE). É uma tropa especializada com a missão de atuação de forma preventiva e reativa em ocorrências envolvendo bombas e explosivos, priorizando a salvaguarda de vidas e a proteção do patrimônio (AMAZONAS, 2026).

Historicamente, as ameaças envolvendo o uso de explosivos concentravam-se em alvos de grande visibilidade, como aeroportos e eventos de grande porte, ou em operações de segurança de autoridades e dignitários. No entanto, o uso criminoso desses materiais expandiu-se, tornando-os uma das principais ameaças urbanas da atualidade (FEITOZA e ALVES JUNIOR, 2020). Estudos recentes indicam que o crime organizado passou a empregar artefatos explosivos, incluindo Artefatos Explosivos Improvisados (AEI), como ferramentas recorrentes

para a prática de delitos diversos, rompendo a barreira dos alvos tradicionais e infiltrando-se no cotidiano das cidades (FEITOZA e ALVES JUNIOR, 2020).

Dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023) indicavam que o Amazonas ocupava a terceira posição entre as unidades federativas mais letais do país, atrás apenas do Amapá e Bahia. Essa posição reflete não apenas números, mas uma realidade de violência vivida diariamente pela população. No entanto, os dados de 2024 mostraram uma tendência de redução significativa: a taxa de Mortes Violentas Intencionais (MVI) caiu de 33,2 por 100 mil habitantes em 2023 para 27,4 por 100 mil em 2024. Isso representa uma redução de 17,4%, colocando o Amazonas entre os dez estados com maior redução em homicídios no Brasil (FBSP, 2025). Apesar dessa redução, o Amazonas ainda mantém uma taxa de MVI significativamente superior à média nacional de 20,8 por 100 mil (FBSP, 2025).

Essa realidade está ligada à posição estratégica da região, cuja proximidade com grandes produtores mundiais de drogas e a complexidade geográfica de seus rios e florestas facilitam a consolidação de rotas nacionais e transnacionais para o crime organizado (FBSP, 2023). Enquanto em outras regiões, as facções criminosas conhecidas como o "Novo Cangaço" e o "Domínio de Cidades" utilizam explosivos e armamento pesado para sitiар municípios e atacar instituições financeiras (AQUINO, 2020; BÓ et al., 2020). No Amazonas, observa-se que o emprego desses materiais é frequentemente associado para a manutenção de territórios e enfrentamento direto às forças de segurança pública (SALES et al., 2025; FEITOZA e ALVES JUNIOR, 2020).

A dinâmica criminal no Amazonas foi profundamente alterada por cisões internas em grandes grupos criminosos, como a ocorrida em 2018 entre a Família do Norte (FDN) e o Comando Vermelho (CV) (SALES et al., 2025). Esse rompimento culminou na formação de novas facções em 2021, como os Revolucionários do Amazonas (RDA), cujo aparecimento está diretamente relacionado ao aumento dos homicídios no estado e aos confrontos comandados no interior do sistema prisional. É importante destacar que a literatura indica que as prisões acabam funcionando como centros de decisão para execuções e planejamento de ataques que transbordam para as periferias urbanas (SALES et al., 2025).

Por fim, a logística de obtenção de explosivos na região amazônica apresenta desafios particulares. A vasta região de fronteiras e a dificuldade de fiscalização em áreas remotas favorecem o tráfico e o desvio de artefatos (FEITOZA e ALVES JUNIOR, 2020). Além disso, a segurança pública na Amazônia é marcada pela sobreposição de crimes ambientais e

narcotráfico, onde a exploração ilegal de recursos naturais e os conflitos fundiários se associam à violência armada das facções (FBSP, 2023). Diante dessa realidade, a PMAM e o Grupamento MARTE atuam em um ambiente onde os explosivos são usados tanto para sustentar economias ilícitas quanto para armamento de guerra nas cidades (CAMELO, 2021).

### 1.1 Justificativa

A escolha deste tema se justifica pela necessidade de compreender o novo cenário de violência que se instalou no estado do Amazonas. Historicamente, o emprego de explosivos era algo distante da realidade cotidiana, limitando-se aos ataques a bancos. No entanto, os eventos recentes mostram que as facções criminosas passaram a utilizar esses artefatos como ferramenta de terror em áreas urbanas, colocando em risco a vida de policiais e de cidadãos comuns em locais públicos, como terminais de ônibus e delegacias.

Para a PMAM, o estudo desse fenômeno não é apenas uma exigência acadêmica, mas uma questão de sobrevivência e eficiência operacional. O Amazonas possui peculiaridades: a imensidão dos rios e a dificuldade de deslocamento fazem com que o apoio especializado do Grupamento MARTE demore a chegar em ocorrências no interior do estado. Dessa forma, a compreensão de como esses explosivos chegam às cidades e como identificar essas ameaças é importante para que o policial na ponta da linha possa agir com segurança.

Além disso, existe uma carência de estudos sobre o tema voltados para a região Amazônica. A maioria dos manuais e artigos estão focados na realidade das regiões Sul e Sudeste, onde a logística e o tipo de crime são diferentes. Este trabalho busca preencher essa lacuna, trazendo uma visão técnica e regionalizada que possa servir de base para o aprimoramento das estratégias de defesa da sociedade amazonense.

### 1.2 Objetivo Geral

Analizar a incidência e as tipologias de ocorrências envolvendo Artefatos Explosivos Improvisados (AEI) no Estado do Amazonas, identificando os principais desafios operacionais, logísticos e geográficos enfrentados pela Polícia Militar (PMAM) na resposta e neutralização dessas ameaças.

### 1.3 Objetivos Específicos

Para alcançar o objetivo geral, definem-se os seguintes objetivos específicos:

Descrever os conceitos, classificações e mecanismos de açãoamento dos Artefatos Explosivos Improvisados, com foco naqueles utilizados por organizações criminosas no Brasil;

Contextualizar o cenário de segurança pública no Amazonas, relacionando o aumento do uso de explosivos às disputas territoriais entre facções (como a RDA) e à logística de fronteira;

Mapear os procedimentos operacionais adotados pelas equipes especializadas (Grupamento MARTE/PMAM) nas fases pré-incidental, incidental e pós-incidental;

Identificar as limitações logísticas e a necessidade de integração entre as forças de segurança (PMAM, Polícia Federal e Exército) para o enfrentamento eficaz dessa modalidade criminosa.

## MÉTODOS

Este estudo caracteriza-se como uma revisão narrativa da literatura, com abordagem qualitativa e descritiva. O objetivo foi identificar, analisar e discutir as evidências científicas e documentos técnicos relacionados às ocorrências com Artefatos Explosivos Improvisados (AEI) no Estado do Amazonas, bem como os desafios operacionais enfrentados pelos órgãos de segurança pública.

5

A coleta de dados foi realizada por meio de levantamento bibliográfico e documental em bases de dados científicas (SciELO, Google Scholar, Portal de Periódicos CAPES) e em repositórios institucionais oficiais. Foram consultados artigos científicos, manuais operacionais (Doutrina Militar e Policial), relatórios técnicos (PMAM, Fórum Brasileiro de Segurança Pública) e legislações pertinentes.

Para a seleção dos materiais, utilizou-se um recorte temporal compreendendo publicações entre os anos de 2010 e 2024, permitindo a análise da evolução histórica do fenômeno até o surgimento das facções contemporâneas. Estudos publicados entre janeiro e julho de 2025 foram incluídos quando disponíveis em repositórios institucionais. As buscas foram conduzidas utilizando descritores combinados, tais como: “Artefatos Explosivos Improvisados”, “Novo Cangaço”, “Segurança Pública na Amazônia”, “Narcogarimpo” e “Protocolos Antibombas”.

Os critérios de inclusão abrangeram publicações em língua portuguesa e inglesa que abordassem a temática sob a ótica da segurança pública, criminologia ou engenharia militar. Foram excluídos materiais que não tratassem especificamente do contexto brasileiro ou que carecessem de rigor técnico.

Após a leitura exploratória, os dados foram submetidos à análise temática, sendo categorizados em eixos que correspondem à estrutura lógica do trabalho: (1) A tipologia e evolução das ameaças explosivas no contexto nacional; (2) As especificidades do cenário amazônico e a logística criminal; (3) O ciclo de resposta policial e os procedimentos operacionais; e (4) A necessidade de integração interagências para o enfrentamento eficaz.

## RESULTADOS

### 3.1. A Ameaça dos AEI: Do Conceito à Prática no Brasil

Os Artefatos Explosivos Improvisados (AEI) caracterizam-se por serem dispositivos fabricados de forma não convencional, incorporando produtos químicos letais, nocivos ou incendiários com o objetivo de destruir, incapacitar ou distrair forças oponentes. Atualmente, os AEI deixaram de ser uma preocupação exclusiva de contextos externos para se tornarem ferramentas de maximização do poder de combate de grupos armados e organizações criminosas, sendo capazes de disseminar o medo e afetar severamente o rendimento das tropas e a segurança da população (CASAGRANDE, 2018). A versatilidade desses artefatos permite acionamentos diversos, incluindo sistemas mecânicos por pressão ou tração, bem como tecnologias populares como telefonia móvel e rádios, que possibilitam a detonação em tempo real e a distâncias seguras (CASAGRANDE, 2018).

A fabricação de explosivos caseiros aproveita-se da ampla circulação de substâncias químicas de uso cotidiano, que podem ser adquiridas sem restrições em estabelecimentos comuns, desde farmácias, lojas de cosméticos até casas de produtos agropecuários (ELIAS et al., 2022). Embora sejam feitos com insumos simples e fáceis de achar, esses explosivos não deixam a desejar em seu elevado poder de destruição. Quando combinados, eles geram uma força destrutiva comparável à dos explosivos industriais, tornando-os alternativas atraentes para facções criminosas que buscam contornar a fiscalização sobre o armamento convencional (ELIAS et al., 2022).

Historicamente, o emprego de explosivos era associado a crimes contra o patrimônio, como as ações do “Novo Cangaço”, onde grupos criminosos utilizam armamento pesado para sitiaria cidades e atacar agências bancárias e carros-fortes no Brasil (AQUINO, 2020). Contudo, observa-se uma mutação tática em que o uso instrumental da violência e performances agressivas buscam desmobilizar as forças de segurança e causar comoção social, garantindo o sucesso do “investimento” criminal (AQUINO, 2020). Essa dinâmica exige que o Estado adote

novas estratégicas para responder a riscos emergentes, migrando da proteção patrimonial para estratégias de segurança mais resilientes (AGUILAR, 2020; AQUINO, 2020). A evolução tática do “Novo Cangaço” marca uma transição em três fases distintas: (1) crimes patrimoniais contra bancos e caixas eletrônicos até 2015; (2) domínio temporal de cidades e terror à população entre 2016 e 2019, registrando aumento em disparos de fuzis e explosivos; (3) integração com narcotráfico de facções maiores a partir de 2020, evidenciando uma ligação entre os crimes de roubo, terrorismo e tráfico de drogas. As ações utilizam explosivos para demonstração de força, intimidação da polícia e vulnerabilização da população civil, objetivos que transcendem o roubo patrimonial (AQUINO, 2020).

No contexto amazônico, o arsenal criminoso é abastecido por fontes adicionais de explosivos: existem desvios de construtoras, produção em fábricas clandestinas em região de fronteira e, principalmente, a apropriação de insumos de mineração (cordéis detonantes e emulsões) usados em garimpos ilegais (SALES et al., 2025). Essa estreita conexão entre narcotráfico, garimpo ilegal e crime organizado facilita o fluxo e a disponibilidade desses materiais explosivos nas cidades, tornando a fiscalização de cadeia de suprimentos ainda mais crítica na Amazônia (FEITOZA e ALVES JUNIOR, 2020).

### **3.2. O Cenário Amazônico: Logística Fluvial e a Guerra das Facções**

A dinâmica criminal no Amazonas é moldada por sua localização geográfica, moldada por sua vasta rede hidrográfica, servindo de palco para a chamada “rota do Solimões”. Assim, essa região é influencia decisivamente a logística do narcotráfico transnacional (SALES et al., 2025). Dessa forma, a fiscalização na região enfrenta dificuldade nas barreiras naturais impostas pelas fronteiras permeáveis e pelo labirinto dos rios. Essas brechas permitem que os materiais ilícitos circulem livremente para abastecer o crime organizado e fortalecer o domínio territorial das facções (FBSP, 2023). Na prática, observa-se que esses insumos explosivos viajam camuflados em embarcações regionais comuns, dificultando a detecção diante da imensidão da malha fluvial (FBSP, 2023).

O narcotráfico na Amazônia atua em duas frentes que se complementam. Na região urbana, funciona como centro de comando, lavagem de dinheiro e distribuição, sendo Manaus consolidada como epicentro da região. Enquanto isso, a malha fluvial e as trilhas na mata servem de rota para o transporte de cocaína, ouro, madeira e pescado ilegal. A eficácia dessa rota fica evidente nos dados do primeiro semestre de 2025, quando as operações da Secretaria de

Segurança Pública (SSP-AM) apreenderam 1,6 tonelada de entorpecentes nas bases fluviais. Além disso, o cenário de violência letal no estado foi intensificado pela fragmentação de grupos criminosos, como a cisão ocorrida em 2021 no Comando Vermelho (CV) que originou à facção Revolucionários do Amazonas (RDA). Desde então, os presídios tornaram-se "escritórios do crime" de onde partem ordens para execuções e ataques coordenados que impactam diretamente as áreas periféricas. Como reflexo mais claro dessa disputa, o município de Iranduba registrou um aumento extraordinário de 318,75% nos homicídios em 2021, evidenciando como a guerra por território redesenha a geografia da violência na região metropolitana (SALES et al., 2025).

A presença de facções criminosas expandiu-se significativamente entre 2023 e 2025. No Amazonas, especificamente, o Comando Vermelho (CV) domina em 25 municípios com influência predominante, enquanto o Primeiro Comando da Capital (PCC) está presente apenas em Coari. Além disso, os “Piratas do Solimões” atuam em três municípios. Essa concentração reflete disputas territoriais internas, sendo Manaus e Rio Preto da Eva, alvo de cenários de confrontos entre CV e PCC, mas com tendência crescente para monopólio do CV (FBSP, 2023). A interiorização das facções para cidades ribeirinhas impõe desafios severos devido à dispersão populacional, onde o tempo de resposta de equipes especializadas, como o Grupamento MARTE, frequentemente não é imediato. No contexto amazônico, as particularidades operacionais exigem que o primeiro interventor seja capaz de estabilizar cenários críticos por períodos prolongados, pois a chegada de especialistas pode ser retardada por limitações logísticas e pela necessidade de deslocamentos fluviais complexos (SALES et al., 2025).

### **3.3. O Ciclo de Resposta Policial e os Desafios Operacionais da PMAM**

As operações antibombas devem ser pautadas em protocolos rígidos, dividindo-se em três fases distintas: pré-incidentais (segurança, prevenção, busca e localização), incidentais (desativação e neutralização) e pós-incidentais (atividades após a explosão ou conclusão das medidas de segurança) (CARVALHO, 2020). Essa estrutura doutrinária integra as atividades de sensoriamento, destinadas a evitar o contato com o perigo; segurança, focada na proteção individual e coletiva por meio de Medidas Operacionais de Proteção Preventiva (MOPP); e sustentação, que compreende as ações de descontaminação e restauração da capacidade operacional (BRASIL, 2016).

Nesse ciclo, a atuação do primeiro interventor é decisiva e deve seguir rigoroso protocolo técnico e objetivo. Assim, ao localizar um objeto suspeito, é necessário adotar três ações imediatas: coleta de informações, confirmação a existência de artefato explosivo e isolamento da área (AMAZONAS, 2022). O reconhecimento visual deve ser realizado a partir de uma distância segura. Em relação ao isolamento, a configuração deve ser de acordo com o ambiente: em espaços abertos, deve-se respeitar um raio mínimo de 100 metros, enquanto em espaços fechados, a desocupação pode ser parcial, isolando-se o ambiente do objeto e os adjacentes. Além disso, para a realidade amazônica, o Protocolo de Procedimento Padrão introduz uma ação para embarcações, determinando a atracação segura e desocupação total da unidade; caso a atracação seja inviável, devem-se buscar meios alternativos para a evacuação imediata (AMAZONAS, 2022).

A função do primeiro interventor é estritamente não interventiva no artefato, isto é, a proibição de qualquer análise técnica, remoção ou manipulação física do objeto, uma vez que dispositivos improvisados são frequentemente dotados de sistemas instáveis de acionamento por pressão, tração ou sensores eletrônicos sensíveis a vibrações mínimas.

Assim, o local deve ficar restrito ao Grupamento MARTE, sendo responsável pela fase incidental, já que é especializado em coordenar vistorias, manuseio e destruição, detentor de técnicas e equipamentos específicos que extrapolam a competência do policiamento ordinário (AMAZONAS, 2022). Nas operações incidentais, a utilização de trajes antifragmentação e robôs de tecnologia avançada é indispensável para preservar a vida do operador durante a identificação e neutralização de artefatos (CASAGRANDE, 2018).

Porém, no contexto particular do Amazonas, a geografia impõe desafios que ampliam a responsabilidade do policiamento ostensivo. Devido às longas distâncias e às dificuldades de acesso fluvial, o tempo de resposta do Grupamento MARTE pode não ser imediato, especialmente em municípios do interior. Essa limitação transfere automaticamente ao policiamento ostensivo a responsabilidade crítica de gerenciar a crise e manter a segurança do perímetro. Além disso, o calor extremo e a umidade elevada da região são fatores críticos de estresse fisiológico que aceleram a fadiga do operador e exigem manutenção rigorosa de equipamentos eletrônicos sensíveis.

Por fim, a fase pós-incidental foca na preservação da cadeia de custódia para a persecução criminal. A preservação rigorosa do cenário permite utilização de metodologias avançadas, como a cromatografia gasosa acoplada à espectrometria de massas (CG-EM), para detectar

traços de explosivos caseiros mesmo horas após a detonação (GANDIN e MERINO, 2023). Essa integração entre o rigor tático do Grupamento MARTE e a precisão pericial garante que a “assinatura” técnica dos grupos criminosos seja identificada, subsidiando a persecução criminal e o sistema de justiça.

### 3.4. Integração Interagências: O Caminho para o Enfrentamento Eficaz

A complexidade da criminalidade organizada e da cadeia logística de explosivos na Amazônia indica que a estrutura estatal atual não é capaz de atuar sozinha por conta dos desafios. O enfrentamento eficaz exige uma articulação interinstitucional robusta, integrando a PMAM, o Corpo de Bombeiros, a Polícia Civil, a Polícia Federal e os órgãos de inteligência para uma resposta coordenada e efetiva (CARVALHO, 2020; FEITOZA e ALVES JUNIOR, 2020). Experiências em grandes eventos demonstraram que a cooperação entre a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal e as Forças Armadas é o modelo ideal para a consolidação de doutrinas e a garantia do êxito operacional em incidentes críticos (CARVALHO, 2020).

No nível de inteligência estratégica, a integração deve focar no monitoramento das unidades prisionais, que funcionam como o epicentro do planejamento de ataques e guerras territoriais (SALES et al., 2025). A troca de informações em tempo real entre o sistema carcerário e as forças de patrulhamento é vital, visto que as cisões internas em facções são precursoras diretas de picos de violência letal nas periferias (SALES et al., 2025). Para viabilizar essa coordenação, a doutrina da PMAM prevê a utilização de sistemas integrados como o CIOPS e o CICC, que permitem o compartilhamento de imagens, mapas e dados georreferenciados para subsidiar a tomada de decisão do comando (SILVA et al., 2026).

No campo da fiscalização, embora o Exército Brasileiro detenha o controle administrativo de explosivos militares e comerciais, existem limitações geográficas e logísticas que impedem a cobertura de todas as microrregiões da Amazônia (FEITOZA e ALVES JUNIOR, 2020). Essa lacuna facilita o desvio de materiais para o mercado ilegal, exigindo uma ação conjunta com a PMAM, já que a corporação possui alcance operacional necessário para intensificar a fiscalização tanto nas rotas fluviais quanto nas áreas mais remotas. As bases fluviais operadas pela SSP-AM em 2025 realizaram 60 prisões e apreensões significativas de materiais ilícitos, demonstrando a efetividade de operações integradas em ambientes aquáticos (FEITOZA e ALVES JUNIOR, 2020; FBSP, 2025).

Por fim, a cooperação técnica na área forense é essencial para identificar a “assinatura” dos grupos criminosos. A integração entre a Polícia Científica e as unidades de bombas permite o uso de metodologias avançadas, como a cromatografia gasosa, para detectar traços de explosivos caseiros (como o TATP) mesmo horas após a detonação (GANDIN e MERINO, 2023). Esse esforço conjunto, que une a proficiência tática do Grupamento MARTE ao rigor científico pericial, é o que garante a robustez das provas no processo de persecução criminal e a consequente mitigação de danos à sociedade (AGUILAR, 2020).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo analisou o cenário das ocorrências com Artefatos Explosivos Improvisados (AEI) no Estado do Amazonas, evidenciando que a segurança pública local enfrenta uma profunda mudança de paradigma. A revisão da literatura demonstrou que o uso de explosivos no Brasil transformou-se de uma finalidade puramente econômica — caracterizada por roubos a instituições financeiras e carros-fortes para a obtenção de numerário — para uma ferramenta de terrorismo tático e guerra psicológica (BÓ et al., 2020). Esta nova configuração, observada em táticas de “Novo Cangaço” e “Domínio de Cidades”, utiliza a violência ostensiva para desmobilizar as forças de segurança e intimidar a população, garantindo o controle territorial pelas facções (AQUINO, 2020).

No contexto específico do Amazonas, concluiu-se que essa ameaça foi agravada pela emergência da facção Revolucionários do Amazonas (RDA) em 2021. Fruto de uma cisão no Comando Vermelho (CV) iniciada no sistema prisional, a RDA atuou como o principal catalisador para a escalada da violência letal no estado no período 2021-2023. As disputas pelo controle de rotas estratégicas do narcotráfico transformaram municípios, como Iranduba, em epicentros de conflitos armados, registrando picos de homicídios superiores a 318% em 2021 (SALES et al., 2025). Contudo, os dados de 2024 indicam tendência de redução de 17,4% na taxa de MVI, sugerindo que operações integradas de inteligência e fiscalização fluvial iniciadas em 2024-2025 começam a surtir efeito (FBSP, 2025).

Constatou-se, por meio da realidade operacional local, que a logística criminosa no Amazonas é favorecida pela porosidade das fronteiras e pela dependência do transporte fluvial. Existe uma ligação crítica entre o narcotráfico, garimpo ilegal e crime organizado, onde insumos de mineração (emulsões e cordéis detonantes) são desviados para o arsenal de facções criminosas nos centros urbanos. A integração de 37 toneladas de entorpecentes apreendidas em

2025 com a reconfiguração dos territórios urbanos de Manaus evidencia como os explosivos servem como ferramenta de controle territorial e intimidação (SALES et al., 2025; FBSP, 2025).

Dante deste cenário, e reconhecendo que a formalização do Procedimento Operacional Padrão (POP) conjunto entre a PMAM e a PCAM já constitui um avanço significativo na resposta tática, urge avançar para o campo da inteligência preventiva. Considerando a importância do gerenciamento de crises, este estudo apresenta as seguintes recomendações para fortalecer a doutrina existente:

1. Implementação de um banco de dados técnico de explosivos: Recomenda-se a criação de um repositório digital compartilhado, estendendo-se à Polícia Federal, para catalogar a “assinatura técnica” dos artefatos (tipo de emulsão, sistema de detonação). A literatura reforça que a troca de informações em tempo real e a padronização de registros são essenciais para a elucidação de crimes e a neutralização de redes logísticas.

2. Implementação de Protocolos de Fiscalização Fluvial: Sugere-se o fortalecimento da fiscalização em portos estratégicos e bases integradas (como a Base Arpão). A adoção de procedimentos operacionais de varredura e o uso de tecnologias de detecção em embarcações regionais são vitais para interceptar o fluxo de insumos ilícitos antes que atinjam a capital e a região metropolitana.

Em suma, o enfrentamento ao uso de explosivos no Amazonas exige que o Estado consolide os avanços institucionais, transformando a cooperação operacional em inteligência estratégica. Somente com a união entre a proficiência técnica das equipes antibombas e o controle rigoroso da cadeia logística de suprimentos será possível mitigar o impacto das facções e garantir a segurança da sociedade amazônica.

12

## REFERÊNCIAS

AGUILAR, PA. Táticas suicidas terroristas: suicidas-bomba. *Revista Brasileira de Operações Antibombas*, Curitiba, 2014; 1(1): 105-125.

AMAZONAS. Polícia Militar. Grupamento MARTE. Manaus, 2026. Disponível em: <<https://pm.am.gov.br/portal/pagina/marte>>. Acesso em: 7 jan. 2026.

AMAZONAS. Rotina de trabalho da segurança cidadã no Amazonas: Procedimentos Operacionais Padrão integrados da PMAM e PCAM. v.1. 3 ed. Manaus: Secretaria de Estado de Segurança Pública, 2022.

AQUINO, JPD. Violência e performance no chamado “novo cangaço”: cidades sitiadas, uso de explosivos e ataques a polícias em assaltos contra bancos no Brasil. Dilemas: *Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, Rio de Janeiro: 2020, 13(3): 615-643.

BARREIRA, C. Questão de política, questões de polícia: a segurança pública no Ceará. *Revista O Públíco e o Privado*, Fortaleza, 2004; 4: 9-28.

BÓ, FM. et al. Uso de explosivos por organizações criminosas contra instituições financeiras e carros fortes. *Revista Brasileira de Operações Antibombas*, Curitiba, 2020; 1 (1): 41-57.

BRASIL. Comando de Operações Terrestres. EB70-MC-10.233: Defesa Química, Biológica, Radiológica e Nuclear. 1. ed. Brasília: Exército Brasileiro, 2016.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) Acesso em: 7 jan. 2026.

CAMELO, MJSO. Estudo dos Artefatos Explosivos improvisados na Formação do Oficial de Engenharia do Exército Brasileiro diante das necessidades da Guerra Moderna. Monografia (Bacharel em Ciências Militares). Academia Militar das Agulhas Negras, Resende, 2021; 38 p.

CARVALHO, E. Primeiras respostas no atendimento em ocorrências com bombas e explosivos: adequabilidade na formação do policial militar da Bahia. *Revista Brasileira de Operações Antibombas*, Curitiba, 2020; 1(1): 75-90.

CASAGRANDE, AO. Artefatos Explosivos Improvisados: Procedimentos de identificação, destruição e neutralização na Arma de Engenharia. 2018. Monografia (Bacharel em Ciências Militares). Academia Militar das Agulhas Negras, Resende, 2018; 42 p.

ELIAS, MB. et al. Precursors of Explosives Caseiro and Brazilian Legislation Control of Chemical Products. *Revista de Segurança Pública e Cidadania*, 2022; 1 (2): 160-179. 13

FEITOZA TM, ALVES JUNIOR J. Uma análise sobre o uso criminoso de explosivos no Brasil de 2013 a 2017: o estado do Amazonas em perspectiva. *Revista Brasileira de Operações Antibombas*, Curitiba: 2020; 1(1): 5-26.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2023. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/>. Acesso em: 7 jan. 2026.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 19º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2025. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/279>. Acesso em: 7 jan 2026.

GANDIN JC; MERINO E. Montagem, iniciação e análise pós-detonação de artefato explosivo improvisado empregando TATP. *Revista Brasileira de Criminalística*, 2023; 12(1): 93-98.

SALES, P. V. A. et al. O impacto da criação da facção Revolucionários do Amazonas (RDA) nos índices de violência letal em Iranduba-AM no período de 2017 a 2024. *Revista Geopolítica Transfronteiriça*, 2025; 9 (4): 1-15.